



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

# Sindjus

4 de novembro de 2009

**ASSEMBLEIA**

Dia 10, terça, às 16h30,  
na Praça dos Tribunais,  
com indicativo de greve.

**Participe!**

# Uma questão de justiça

**PCCR JÁ!**

Os números não mentem: no Judiciário e no Ministério Público, os servidores recebem um salário muito menor que os profissionais com carreiras e atribuições semelhantes nos poderes Executivo e Legislativo. A remuneração inicial e final nos órgãos da Justiça é de R\$ 6.551,52 e R\$ 10.436,11, respectivamente, mas nas repartições do Executivo e do Legislativo esse valor praticamente dobra. Um auditor da Receita Federal, por exemplo, ganha R\$ 13.600,00 e R\$ 19.451,00 em começo e final de carreira. Para um analista legislativo do Senado, esses números são de R\$ 13.400,00 e R\$ 19.000,00.

Além de ser injusta, essa situação tem gerado um esvaziamento dos quadros de recursos humanos dos tribunais e do MP, como afirmou o Gilmar Mendes, presidente do STF (órgão que já perdeu 22% do seu quadro para outros poderes): "As pessoas fazem os nossos concursos mas em seguida vão para o Banco Central, Congresso".

"É preciso urgentemente corrigir essa distorção e equiparar as remunerações", afirma o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo; "por isso, a nossa luta agora é pelo envio imediato do PCCR ao Congresso Nacional". O plano de carreira vai elevar os salários dos servidores do Judiciário e do Ministério Público e nesse momento essa decisão depende apenas do comprometimento dos presidentes e diretores-gerais.

"Se eles não cumprirem a promessa de enviar o PCCR até o dia 10, entraremos em greve", adianta Policarpo, ao lembrar que o poder de pressão está nas mãos da categoria: "É preciso que todos se mobilizem e participem dessa luta, que é vital para todos nós."

EXECUTIVO	
Diplomata	12.962,12 - 18.474,45
Auditor Fiscal da Receita Federal	13.600,00 - 19.451,00
Delegado Civil Perito	13.368,68 - 19.699,82
Carreiras Jurídicas	14.970,00 - 19.451,00
Auditor Fiscal do Trabalho	13.600,00 - 19.451,00
Carreira de Planejamento e Pesquisa – IPEA	12.960,77 - 18.474,65
Delegado da Polícia Federal / Perito Criminal Federal	12.992,70 - 19.053,57
Inspetor e Analista CVM	12.960,77 - 18.474,65
Analista Técnico da SUSEP	12.960,77 - 18.474,65

  

LEGISLATIVO	
Auditor Federal de Controle Externo (TCU – 2010)	12.665,18 - 18.153,53
Analista Legislativo do Senado (*)	13.400,00 - 19.000,00

  

SERVIDORES DA JUSTIÇA	
	6.551,52 - 10.436,11
	<b>?!!</b>

# Dia 10 votaremos o indicativo de greve

*Policarpo visita todos os presidentes para pressionar pelo envio imediato do PCCR ao Congresso*

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Nívio Gonçalves, garantiu em reunião com o coordenador-geral do Sindjus que fará contato com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, para apressar o envio do plano ao Congresso.

“O projeto já foi apreciado por todos os presidentes; o que justifica essa demora?”, indagou Policarpo, que se reuniu também, na quarta-feira, com o ministro Milton de Moura França, pre-

sidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para tratar do mesmo assunto. A ideia é manter contatos com os presidentes dos tribunais até o dia 10, num último esforço de negociação para evitar a greve.

Policarpo também solicitou audiência com os demais presidentes para informá-los sobre a decisão da categoria, definida pela Fenajufe nacionalmente e referendada em Brasília na última assembleia geral, realizada na Praça dos Tribunais no dia 23 de outubro.



## RESPALDO LEGAL

A greve dos servidores públicos é legal; enquanto não for editada legislação específica sobre o assunto, o movimento está amparado por jurisprudência do STF. “Se houver paralisação, o sindicato fará um ponto paralelo, que será assinado diariamente pelos grevistas”, explica o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. Essa lista de frequência serve para demonstrar, se necessário, que as faltas têm justificativa.

“O movimento é mais que legítimo, conta com respaldo legal e está amparado por uma série de cuidados que nós tomamos ao longo desse período de luta”, enumera ele: “Fizemos várias tentativas de entendimento da nossa reivindicação; documentamos amplamente essas tentativas; convocamos assembleia geral para votar o indicativo de greve e mantivemos os tribunais e o MP informados sobre tudo.”

## Sua presença é imprescindível

Não há razões para justificar adiamentos. Os sindicatos de servidores do Judiciário e do Ministério Público em todo o país se prepararam para o Dia Nacional de Paralisação, marcado para 11 de novembro, em prol do envio do PCCR ao Congresso Nacional.

Pelo calendário definido, decidido em assembleia no dia 20 de outubro, o Sindjus realizará no próximo dia 10 uma assembleia com indicativo de greve. Temos razões muito fortes para ir à luta neste momento: os presidentes já aprovaram as novas tabelas para os servidores do Judiciário; há a necessidade de revisão reconhecida pelas administrações dos tribunais; o subsídio dos

membros do Judiciário e do Ministério Público já foi sancionado pelo presidente da República.

E é esta a mensagem vamos dar: os servidores do Judiciário e do MPU não estão satisfeitos com a defasagem salarial e nem com a diferença de remuneração em relação aos servidores do Executivo e do Legislativo, que exercem funções semelhantes às nossas. “Por todas essas razões convidamos todos os servidores a participar da assembleia com indicativo de greve, no dia 10 de novembro. Unidos vamos vencer mais essa batalha. Se o nosso PCCR não for enviado ao Congresso, não há mais prazos a greve será deflagrada”, afirma o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.